

26 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

Principal delator deve confirmar acusações

Auditor Luiz Antonio de Souza, que firmou acordo de delação premiada com o Ministério Público, presta depoimento em 7 de março

Loriane Comeli
Reportagem Local

Atendendo pedido dos advogados dos réus do processo relativo à primeira fase da Operação Publicano, o juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, fixou em 7 de março a data para o interrogatório do principal delator do esquema de cobrança de propina e sonegação fiscal por auditores fiscais da Receita Estadual de Londrina. O auditor Luiz Antonio de Souza firmou acordo de delação premiada com o Ministério Público (MP) em abril do ano passado e prestou mais de 50 horas de depoimentos. Segundo seu advogado, Eduardo Duarte Ferreira, irá reafirmar todas as acusações.

Em princípio, o depoimento de Souza estava marcado para 7 de março, mas aquele, pelo cronograma inicial, seria o quarto dia de audiência para interrogatório dos réus. Agora, porém, dia sete será o primeiro dia de interrogatórios. O dia 8 foi reservado por Nanuncio para o inter-

rogatório da auditora Rosângela Semprebom, irmã de Luiz Antoni e também colaboradora. Os dois são os únicos auditores delatores. Com as mudanças feitas pelo juiz, não haverá audiências nos dias 2, 3 e 4 de março. Os advogados pediram uma pausa para estudar o processo e se preparar para os interrogatórios dos dois delatores.

“Meus clientes estão preparados para falar a qualquer momento e vão reafirmar o que já disseram”, garantiu Ferreira. “Acho que o volume de depoimentos prestados até agora inviabilizaria qualquer defesa técnica e a inversão, colocando os réus colaboradores para depor primeiro, garante de não havia nulidades futuras”, comentou o advogado. “A mudança não atrapalha em nada”, garantiu o promotor Jorge Barreto da Costa, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Haverá outra pausa após esses dois depoimentos: os demais réus que residem em Londrina (50 acusados) serão ouvidos apenas a partir

de 4 de abril. Os depoimentos foram marcados para entre 4 e 8 de abril e 11 e 15 de abril. Serão interrogados primeiro os réus colaboradores, especialmente empresários e contadores que admitiram ter negociado ou pago propina a auditores.

Souza é o único dos 72 auditores acusados nas quatro fases da Publicano que está preso. Pelo acordo de delação premiada, ele fica em regime fechado, na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 2) até junho. Depois, cumpre o restante da pena – que inclui também crimes sexuais – em regime domiciliar.

CONTINUA

26 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

INGERÊNCIA

No nono dia de audiências da Publicano 1, ontem, o auditor aposentado Élio Aparecido Sanzovo, que já foi chefe da Delegacia da Receita de Londrina, confirmou que os cargos de direção do fisco são indicações políticas e que há ingerência de políticos no órgão. "Isso confirma o que meu cliente (Luiz Antonio de Souza) tem dito", declarou Eduardo Duarte Ferreira.

Outros quatro auditores da Receita de Londrina prestaram depoimentos ontem, além de três particulares. Outras 23 pessoas que haviam sido arroladas pela defesa foram dispensadas. Para hoje, 32 pessoas foram corivocadas, assim como para segunda-feira. Na terça, serão ouvidas apenas testemunhas que não puderam comparecer justificadamente na data para a qual haviam sido intimadas.

26 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Não tem teto de vidro

O Ministério Público do Paraná, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Curitiba e Maringá, encaminhou, na última semana, denúncia ao Tribunal de Justiça contra o prefeito de Marumbi, um vereador, o ex-secretário municipal de Agricultura e mais uma pessoa por desvio de bens públicos em proveito alheio. De acordo com as investigações, conduzidas pelo Gaeco de Maringá, em 2013 o prefeito abriu licitação para reforma e substituição da cobertura do Ginásio de Esportes da cidade pelo valor de R\$ 143 mil. Ocorre que as telhas que foram substituídas ainda estavam em bom estado de conservação, tanto que foram, inclusive, doadas pela prefeitura, parte para um amigo do prefeito, parte para o vereador e parte para o então secretário.

Atire a primeira pedra

Na denúncia, o MP-PR ressalta que “embora o administrador possa agir com discricionariedade, a decisão de substituição integral da cobertura do Ginásio de Esportes Municipal, tomada a pretexto de total imprestabilidade das telhas de alumínio, não tinha a mínima justificativa e plausibilidade técnica e financeira”. Salienta, ainda, que laudo da Polícia Científica informa que as “telhas retiradas e substituídas, cujo destino foi descoberto, estavam em estado de utilidade e conservação, tanto que foram reutilizadas”. Em resposta ao Ministério Público, o prefeito chegou a informar que uma empresa recolhera as telhas para depositá-las em lugar adequado, o que foi desmentido pela própria empresa apontada.

26 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

Acusado de agredir ex-companheira, Bertoldi é preso em SC

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - O ex-deputado estadual e suplente de deputado federal pelo DEM Osmar Bertoldi foi preso na noite de anteontem, em Balneário Camboriú, no litoral de Santa Catarina, acusado de ter agredido a ex-companheira, a DJ Tatiane Bittencourt. A informação foi confirmada pela Polícia Federal (PF), que localizou o político por volta das 22 horas, com o apoio da Polícia Militar (PM) do município. Após passar por exames no Instituto Médico Legal (IML), ele foi encaminhado ao Complexo Penal da Canhanduba, em Itajaí (SC), onde aguardaria transferência para Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

De acordo com o tenente-coronel Evaldo Hoffmann, comandante do 12º batalhão da PM catarinense, Bertoldi foi abordado em via pública pelo setor de inteligência da corporação e pela PF quando saía de um prédio de alto padrão na Rua 2800, no centro da cidade. "Ele estava sozinho e não esboçou nenhuma reação", contou. O político era considerado foragido desde 1º de dezembro. Isso porque, no entendimento do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, descumpriu as medidas protetivas aplicadas com base na Lei Maria da Penha e no Código Penal, que foram resultantes de uma denúncia do Ministério Público (MP).

Sob o ex-parlamentar pesam suspeitas de lesões corporais, constrangimento ilegal, trabalho escravo, ameaça por palavras e estupro. A mulher tornou o caso público no final de 2015. Na ocasião, ela relatou à imprensa que, ao desistir do noivado, em agosto, foi agredida, perseguida e mantida em cárcere privado durante cinco dias, com a ajuda de três funcionários de Bertoldi. O ex-deputado também teria oferecido à DJ uma quantia milionária, para que ela não denunciasse os crimes.

Ainda em dezembro do ano passado, o político publicou uma nota no Facebook, negando as acusações. "Sou um homem honrado e um pai de família. Todos que me conhecem em mais de 20 anos de carreira pública sabem de minha conduta pacífica e conciliadora. Nunca agrediria qualquer pessoa", escreveu. A FOLHA procurou ontem o advogado do ex-parlamentar, Cláudio Dalledone, mas ele estava em reunião fora do escritório e não retornou às ligações da reportagem até o fechamento desta edição.

Osmar Bertoldi foi vereador em Curitiba por três vezes, de 1993 a 2005, e candidato à prefeitura em 2004. Dois anos depois se elegeu deputado estadual, reelegendo-se em 2010. Ele chefiou a

secretaria municipal de Habitação nas gestões de Luciano Ducci (PSB) e Gustavo Fruet (PDT). Nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados, em 2014, acabou ficando como suplente da coligação, formada por PSDB, DEM, PR, PSC, PTdoB, PP, SD, PSD e PPS. Chegou a ocupar a cadeira entre janeiro e maio de 2015, com a nomeação de Fernando Francischini (SD) como secretário de Estado da Segurança. Em seguida, com o retorno de Francischini a Brasília, assumiu a diretoria de programas da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), cargo do qual foi exonerado.

26 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

MILITÃO

Advogadas conversando sobre a Constituição e etc.

Advogados conversavam em happy hour no Restaurante Rodeio sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito da supressão de alguns recursos que acusados tinham direito a recorrer ao Superior Tribunal de Justiça.

Agora, qualquer réu condenado em segunda instância poderá ser preso pelo magistrado de primeira instância. E advogados já pensam em solicitar à OAB que comece campanha para a reforma da Constituição Brasileira, que é de 1988, e que já naquele tempo prejudicou direitos adquiridos, sucumbiu a lobistas de várias categorias profissionais e, enfim, estaria mesmo na hora de uma nova Carta Magna, pois muita coisa mudou no País. E mais: o

Brasil precisa passar do presidencialismo para o parlamentarismo. Ou um meio termo entre as duas forma para o governo do Brasil.

AGENDA

Direito

Londrina - O Instituto de Direito Constitucional e Cidadania (IDCC), em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Londrina, oferece três cursos de pós-graduação: Direito do Trabalho e Direito Previdenciário; Direito Constitucional Contemporâneo; Advocacia e o Novo CPC. Os cursos também oferecem oportunidades de estágio graças a parcerias firmadas com Ministério Público (MP) e Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Todos as pós-graduações são reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). As aulas serão realizadas no auditório da OAB, em média a cada 15 dias.

Informações e matrículas: (43) 9969-7001 e 3326-0476. Site: www.idcc.org.br; e-mail: idcc londrina@hotmail.com. O endereço é Rua Pará, 1.222, sala 53.

26 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

Janot recomenda perdão a condenados do mensalão

Gustavo Aguiar e
Beatriz Bulla
Agência Estado

Brasília - O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, recomendou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o perdão da pena de oito condenados do mensalão, mas disse que só vai se pronunciar sobre a concessão de indulto natalino ao ex-ministro da Casa Civil José Dirceu quando a Suprema Corte decidir se ele deve ou não voltar a cumprir pena em regime fechado. Os pareceres de Janot, com base no decreto presidencial do indulto de Natal, beneficiam Delúbio Soares, Romeu Queiroz, Valdemar Costa Neto, Bispo Rodrigues, Vinícius Samarane, Rogério Lanza, João Paulo Cunha e Pedro Henry. Caberá ao ministro Luís Roberto Barroso, relator dos processos, decidir sobre a concessão do indulto aos oito condenados.

Dirceu, no entanto, voltou a ser preso preventivamente em agosto em Curitiba por suspeita de envolvimento no esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato. Por causa disso, ele precisará esperar o Supremo decidir sobre um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) de outubro do

ano passado, para que o ex-ministro volte ao regime fechado. O Ministério Público argumenta que, mesmo depois de condenado e preso, o ex-ministro teria supostamente continuado a cometer crimes. No mensalão, Dirceu foi condenado a sete anos e 11 meses de prisão.

Por ter cumprido mais de 26 meses da pena e por não ser reincidente, a defesa de Dirceu encaminhou ao STF um pedido semelhante ao dos demais condenados para que a Corte perdoe a pena dele no mensalão e conceda o indulto natalino, conforme o decreto presidencial assinado por Dilma Rousseff no fim do ano passado.

26 FEV 2016

GAZETA DO POVO

● APOSENTADORIAS

Para Janot, reforma de Richa na Parana Previdência foi legal

Rogério Waldrigues Galindo

O governo do estado conseguiu um parecer favorável para sua polêmica reforma da previdência. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, opinou pela constitucionalidade da manobra do Executivo paranaense, que transferiu 33,5 mil servidores do Fundo Financeiro para o Previdenciário no ano passado. Por outro lado, o Ministério da Previdência e a Advocacia Geral da União (AGU) já haviam se manifestado de maneira contrária às mudanças.

Os pareceres dizem respeito a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF) por diversos sindicatos de servidores públicos contra a Lei Estadual n.º 18.469/2015, aprovada em 29 de abril, durante protestos que culminaram em 213 feridos no Centro Cívico. Para eles, as alterações no Regime Próprio de Previdência Social do Paraná violam a Constituição Federal, em especial o princípio da contributividade. Além disso, alegam que, com as mudanças, não haveria caixa para pagar todos os aposentados no futuro.

Janot, porém, negou o recurso e o encaminhou para o STF sugerindo que considere a reforma regular. Para ele, não cabe ao Supremo decidir a questão atuarial envolvendo a Parana Previdência, já que os números não são matéria constitucional. Na prática, isso poderia abrir brecha para outro tipo de ação judicial.

Pareceres contrários

Antes de Janot, o Ministério da Previdência havia se manifestado no sentido de que a nova lei estadual não atende a critérios de equilíbrio financeiro e atuarial do fundo previdenciário paranaense, que estaria comprometido com o novo plano de custeio. Segundo estimativa da pasta, com a projeção de receitas e despesas da Parana Previdência, nos próximos sete anos o fundo passaria de R\$ 7,3 bilhões em caixa para R\$ 4,2 bilhões, “em frontal desacordo com a determinação do equilíbrio financeiro e atuarial” previsto pela Constituição. Além disso, a proposta de alteração na previdência estadual não foi aprovada previamente pelo ministério, o que configuraria outra irregularidade.

Da mesma forma, a AGU também se manifestou pela inconstitucionalidade da nova lei previdenciária.

“ECONOMIA”

A lei que alterou a previdência foi uma forma de o governo do estado melhorar suas contas. Na época em que enviou o projeto à Assembleia, em princípios de 2015, o Executivo estava “contando os centavos” para pagar salários e adia até as contas mais simples. Com a mudança, passou a economizar R\$ 125 milhões por mês.

26 FEV 2016

GAZETA DO POVO

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Acusado de agredir namorada, Bertoldi está preso em Pinhais

● O suplente de deputado federal Osmar Bertoldi (DEM) chegou ao Complexo Médico Penal, em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, na tarde de quarta-feira (25). O político era considerado foragido da Justiça desde 8 de janeiro e foi preso no fim da noite de quarta-feira (24), em Balneário Camboriú (SC), pela Polícia Federal com apoio da Polícia Militar catarinense após recebimento de informações anônimas e monitoramento.

Bertoldi teve a prisão preventiva autorizada pela Justiça em janeiro. No entendimento do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, o ex-deputado estadual descumpriu as medidas cautelares resultantes de uma denúncia do Ministério Público do Paraná (MP-PR), que acusou o político de ter agredido a ex-namorada.

Na denúncia apresentada pelo MP, Bertoldi era acusado dos crimes de ameaça, constrangimento ilegal, lesão corporal, cárcere privado, estupro e contravenção penal de vias de fato. Na época, a Justiça não determinou a prisão do político, mas medidas protetivas à vítima.

26 FEV 2016

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Justiça

É prejudicial à celeridade da Justiça a tal prerrogativa de foro, vulgo imunidade parlamentar (ou seria "para lamentar"?), assim como o é o fato de que, na prática, muitos processos passam por "quatro instâncias" na Justiça (1ª, 2ª, STJ e STF). Em nenhum outro lugar do mundo isso existe. Um processo só não cairá na vala comum do Judiciário se for logo proposto perante o STF, o que só ocorre em casos específicos. Para piorar, no Supremo os passos são lentos...

Marco Aurélio Fernandes

Especialistas dizem que Carli Filho tem boas chances de ser absolvido em júri

Três especialistas em júri ouvidos pelo blog concordam: Fernando Carli Filho tem boas chances de ser absolvido as estimativas das chances do ex-deputado variam, mas quem está acostumado com julgamentos populares do gênero diz que, apesar de tudo, a condenação não parece provável ao final da história.

Retomando os fatos: em abril de 2009, o então deputado estadual Carli Filho dirigia em alta velocidade em uma via rápida do Campo Comprido, em Curitiba, embriagado e com a carteira cassada, quando "atropelou" um outro carro, atando imediatamente duas pessoas.

O Ministério Público pediu que ele seja levado a júri, o que acontece quando o crime é cometido com a intenção de matar (e não meramente por culpa). A tese é do dolo eventual, ou seja: Carli Filho sabia que estava correndo o risco de matar e fez o que fez mesmo assim.

O primeiro especialista ouvido diz que a chance de Carli Filho ser condenado por homicídio doloso é de 50%. "A tese do dolo eventual é difícil de sustentar. É como um fio de aranha que separa o dolo da culpa consciente", afirma. Assim, a defesa poderia dizer que não houve intenção e sim negligência, o que caracteriza culpa, mas não dolo. E, nesse caso, o júri não poderia condenar o ex-deputado.

Para um advogado especializado em júris populares, a chance de Carli ser absolvido é ainda maior. "Eu diria que é em torno de 80%", afirma. Segundo ele, existe inclusive a probabilidade de que a família do deputado consiga evitar a própria realização do júri, ainda. O julgamento estava marcado para fevereiro, mas foi adiado e não há nova data marcada.

Outro advogado diz que num primeiro júri a chance de condenação é alta. "Até porque existe a sensação de impunidade e esse caso ficou muito conhecido", diz. Mas o especialista diz ser provável que a defesa consiga um segundo júri, que pode levar anos. "e neste segundo júri, quando os fatos estiverem mais distantes e o julgamento inicial tiver saciado a ideia da punição, as chances do réu são boas", afirma.

26 FEV 2016

BEMPARANÁ

Ex-deputado do Paraná é preso em balneário

Osmar Bertoldi tinha mandado de prisão e foi encontrado pela Polícia Federal

O ex-deputado estadual no Paraná e atual suplente de deputado federal, Osmar Bertoldi, foi conduzido para o Complexo Médico Penal, em Pinhais, no final da tarde de ontem, logo após ter realizado um exame no Instituto Médico Legal (IML) em Curitiba. Bertoldi tinha Mandado de Prisão Preventiva e foi preso no Balneário Camboriú (SC) na noite de quarta-feira pela Polícia Federal, com o apoio do canil da Polícia Federal em Itajaí (SC), em conjunto com a Agência de Inteligência do 12º Batalhão de Polícia Militar de Camboriú.

O ex-deputado chegou a Curitiba de tarde. Primeiro teria sido levado para a sede da PF na Capital e depois ao IML. Só depois iria para o Complexo de Pinhais. O Tribunal de Justiça do Paraná decretou prisão contra o ex-deputado no dia 8 de janeiro deste ano. A decisão foi da juíza Márcia Margarete do Rocio Borges, do primeiro Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, que determinou a prisão como medida protetiva de urgência.

Bertoldi é acusado de ter agredido sua namorada, além de constrangimento e outras acusações. A defesa do ex-deputado nega as acusações e diz que na verdade ele se é que foi atacado e se defendia.

26 FEV 2016

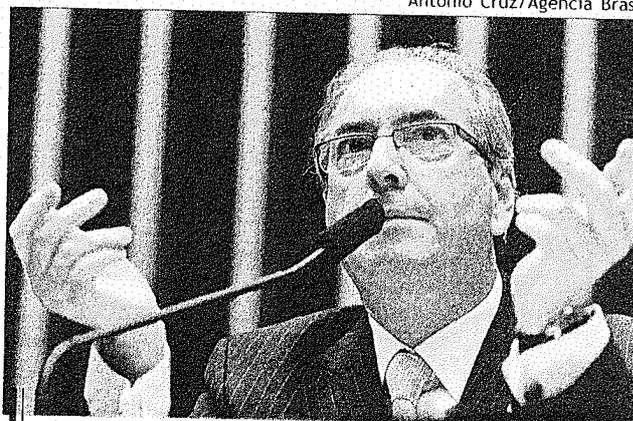
BEMPARANÁ

STF marca julgamento de Eduardo Cunha

Supremo decide no próximo dia 2 se presidente da Câmara será réu por corrupção

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar na próxima quarta-feira denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). No inquérito, Cunha é acusado de corrupção na Operação Lava Jato. A pauta do plenário do Supremo, que deve confirmar o julgamento para a semana que vem, foi publicada ontem. No julgamento, os ministros vão decidir se Cunha passará à condição de réu no processo. O pedido da PGR para que o presidente seja afastado do cargo não deverá ser julgado em conjunto com a denúncia.

O presidente da Câmara



Antonio Cruz/Agência Brasil

Cunha: deputado descarta renunciar ao cargo

foi denunciado em agosto do ano passado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, sob a acusação de ter recebido propina para que um contrato de navios-sonda da

Petrobras fosse viabilizado. De acordo com Janot, Cunha recebeu US\$ 5 milhões para viabilizar a contratação de dois navios-sonda junto ao estaleiro Samsung Heavy Industries

em 2006 e 2007. O negócio foi formalizado sem licitação e ocorreu por intermediação do empresário Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, e o ex-diretor da Área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró.

Cunha nega as acusações de recebimento de propina e afirma que não vai deixar a presidência da Câmara.

O caso foi descoberto a partir do acordo de delação premiada firmado pelo consultor Júlio Camargo, que também participou do negócio e recebeu US\$ 40,3 milhões da Samsung Heavy Industries para concretizar a contratação, segundo a denúncia.

Janot recomenda perdão de pena

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, recomendou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o perdão da pena de oito condenados do mensalão, mas disse que só vai se pronunciar sobre a concessão de indulto natalino ao ex-ministro da Casa Civil José Dirceu quando a Suprema Corte decidir se ele deve ou não voltar a cumprir pena em regime fechado.

Os pareceres de Janot, com base no decreto presidencial do indulto de Natal, beneficiam Delúbio Soares, Romeu Queiroz, Valdemar Costa Neto, Bispo Rodrigues, Vinícius Samarane, Rogério Lanza, João Paulo Cunha e Pedro Henry. Caberá ao ministro Luís Roberto Barroso, relator dos processos, decidir sobre a concessão do indulto aos oito condenados.

Dirceu, no entanto, voltou a ser preso preventivamente em agosto em Curitiba por suspeita de envolvimento no esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato. Por causa disso, ele precisará esperar o Supremo decidir sobre um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) de outubro do ano passado, para que o ex-ministro volte ao regime fechado.

26 FEV 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Ex-deputado acusado de agredir mulher é preso em Camboriú



Osmar Bertoldi estava com mandado de prisão em aberto

O ex-deputado estadual Osmar Stuart Bertoldi (DEM), que também é suplente de deputado federal, chegou a Curitiba no fim da tarde desta quinta-feira (25). Ele foi levado para o Complexo Médico-Penal em Pinhais, na Região Metropolita-

na da capital paranaense. Bertoldi foi preso na noite de quarta (24) no Centro de Balneário Camboriú. Segundo a Polícia Militar (PM), ele era procurado pela Justiça desde 1º de dezembro de 2015 por ao menos cinco crimes contra a ex-noiva. A prisão dele é

preventiva, ou seja, por tempo indeterminado.

Contra ele havia um mandado de prisão preventiva pelos crimes de lesão corporal dolosa, constrangimento ilegal, ameaça, redução a condição análoga à de escravo e estupro. ●

TRIBUNA DO PARANÁ

ATRÁS DAS GRADES

Bertoldi na cadeia

Angieli Maros

Foragido da Justiça desde o último dia 8 de janeiro, o suplente de deputado federal Osmar Bertoldi (DEM) (foto), foi preso por volta das 22h de quarta-feira (24) em Balneário Camboriú (SC). Segundo a Polícia Federal, a prisão foi feita após recebimento de informações e monitoramento. O político chegou ao Complexo Penal de Pinhais na tarde de ontem. Osmar Bertoldi

teve a prisão preventiva autorizada pela Justiça em janeiro. No entendimento do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, o ex-deputado estadual descumpriu as medidas cautelares resultantes de uma denúncia do Ministério Público do Paraná (MP-PR), que acusou o político de ter agredido a ex-namorada.

Segundo os autos que autorizam a prisão preventiva, o político tentou se aproximar diversas

vezes da ex, a administradora de empresas

Tatiane Bittencourt. A proibição de chegar perto da residência da vítima estava entre as medidas preventivas previstas pela Lei Maria da Penha impostas a Bertoldi em dezembro do ano passado, cerca de quatro meses após o político ter começado a apresentar comportamentos opressores.



26 FEV 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

JORNAL DO ÔNIBUS

PGR pede perdão da pena para oito do mensalão

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, se manifestou favorável à concessão de indulto (perdão da pena) para oito condenados pelo mensalão do PT, mas resolveu aguardar desdobramentos da Operação Lava Jato para opinar sobre o mesmo pedido feito pelo ex-ministro da Casa Civil José Dirceu.

Em manifestações enviadas ao Supremo Tri-

bunal Federal (STF) nesta semana, Janot concordou pela concessão do benefício ao ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares; aos ex-deputados João Paulo Cunha (PT-SP), Romeu Queiroz (PTB-MG), Valdemar Costa Neto (PR-SP), Bispo Rodrigues (PR-RJ) e Pedro Henry (PP-MT); ao ex-diretor do Banco Rural Vinícius Samarane; e ao advogado Rogério Tolentino. ●

João Santana pede revogação de prisão

A defesa do publicitário João Santana e de sua mulher, Mônica Moura, pediu ontem (25) ao juiz federal Sérgio Moro a revogação de prisão decretada na 23ª fase da Operação Lava Jato, deflagrada na última segunda-feira. Eles estão presos na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba.

Na petição, o advogado Fábio Tofic afirma que não há mais motivos para que o casal continue preso, sendo que eles admitiram, em depoimento à Polícia Federal, que receberam recursos lícitos em contas não declaradas no exterior, "admitiram erros" e autorizaram o acesso às suas movimentações bancárias. ●

FAVORÁVEL?

O governo do estado conseguiu um parecer favorável para sua polêmica reforma da previdência. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, opinou pela constitucionalidade da manobra do Executivo paranaense, que transferiu 33,5 mil servidores do Fundo Financeiro para o Previdenciário no ano passado. Por outro lado, o Ministério da Previdência e a Advocacia Geral da União (AGU) já haviam se manifestado de maneira contrária às mudanças. Os pareceres dizem respeito a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF) por diversos sindicatos de servidores públicos contra a Lei Estadual nº 18.469/2015, aprovada em 29 de abril, durante protestos que culminaram em 213 feridos no Centro Cívico.

REVOGAÇÃO

O juiz Sérgio Moro revogou ontem a ordem de prisão temporária do empresário Marcelo Rodrigues, preso na Operação Acarajé, 23ª fase da Lava Jato deflagrada na segunda-feira, sob suspeita de ser o representante da offshore Klientfield Services - empresa no exterior que, segundo o Ministério Público Federal, é ligada à Odebrecht e fez pagamentos de US\$ 3 milhões ao marqueteiro João Santana entre 2012 e 2013.

TRIBUNA DO PARANÁ

AGORA VAI?

Projeto de lei de combate à corrupção ganha corpo

O Ministério Público Federal (MPF) anunciou ontem a coleta de mais de 1,5 milhão de assinaturas para o projeto de lei de combate à corrupção. A iniciativa do órgão é baseada em dez pontos de alteração da legislação atual, entre eles o aumento de penas para crimes relacionados com a corrupção e a criminalização das doações não declaradas em campanhas eleitorais. “A ideia é apresentar esse conjunto de assinaturas ao Congresso com o pleito de instalação de uma comissão para apreciação das propostas. Sabemos que já existem vários projetos de lei com escopos similares ou até mesmo com o mesmo teor. Nossa expectativa é de que tudo seja aglutinado de forma que a Câmara e o Senado possam se debruçar sobre eles”, informou o subprocurador-geral da República, Nicolau Dino.

De acordo com o procurador Deltan Dallagnol, que integra a força-tarefa que atua na Operação Lava-Jato, a proposta foi endossada por 880 entidades que se empenharam na coleta de assinaturas. “O que vemos hoje é um movimento da sociedade, de baixo para cima, por mudanças que ansiamos desde que o Brasil é Brasil”, afirmou.

Apesar da iniciativa ter recebido apoio de grupos favoráveis ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, Dallagnol negou que

a campanha tenha ligação partidária. Segundo ele, a corrupção é um problema entranhado no sistema político brasileiro. “A corrupção não é um problema do partido A ou B, do governo A ou B. A corrupção é um problema endêmico, estrutural e sistêmico que vem de séculos”, ressaltou.

26 FEV 2016

DIZ MEDIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO

- **Conscientização** - Aplicação de “testes de integridade” a agentes públicos e publicidade dos órgãos voltada para intolerância à corrupção
- **Enriquecimento ilícito** - Estabelece prisão de 3 a 8 anos e confisco em caso de obtenção de bens incompatível com os rendimentos, mesmo sem provar o crime de corrupção
- **Pena maior** - Corrupção passa a ter pena de 4 a 12 anos, implicando no mínimo em prisão no regime semiaberto, e se torna crime hediondo caso seja de valores acima de cem salários mínimos
- **Recursos** - Execução da pena antes de recurso ao STJ e STF, enxugamento dos recursos contra condenações, possibilidade de determinar cumprimento da pena se recurso for “manifestamente protelatório”
- **Improbidade** - Criação de juízos especializados para ações de improbidade administrativa, agilizar a fase inicial com apresentação de defesa apenas uma vez
- **Prescrição** - Determina situações de suspensão da contagem do prazo de prescrição e de aumento desse prazo
- **Nulidades** - Provas consideradas ilícitas que possam ser obtidas de uma outra fonte independente não são anuladas; critérios e prazos processuais para nulidade de provas
- **Partidos** - Multas e até possibilidade de cancelar registro de partidos que movimentem recursos de caixa dois, que passa a ser crime com reclusão de 3 a 10 anos caso usados para fins eleitorais
- **Localização** - Prisão preventiva passa a ser permitida para identificar e localizar recursos provenientes de crime, além de multas a bancos que descumprirem repasse de informações
- **Recuperação** - Permissão para confiscar parte do patrimônio de condenados em crimes graves e ação para “perda civil” de bens relacionados a atividades ilícitas antes do desfecho de ações civis ou penais

26 FEV 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MORO REVOGA PRISÃO DE REPRESENTANTE QUE SERIA LIGADO À ODEBRECHT

O juiz federal Sérgio Moro revogou ontem a prisão temporária de Marcelo Rodrigues, um dos investigados na 23ª fase da Operação Lava Jato, deflagrada na segunda-feira. Ele está solto porque não chegou a ser encontrado pela Polícia Federal.

Moro acolheu argumentos da defesa e entendeu que o investigado pode responder às acusações em liberdade por ter participação menor nos fatos. Rodrigues era representante da empresa offshore Klientfeld Services, investigada por repassar dinheiro ao publicitário João Santana no exterior.

FÁBIO CAMPANA

Bertoldi preso em SC

O ex-deputado Osmar Bertoldi (DEM) foi preso na noite de quarta-feira (24) por volta das 22 horas, em Camboriu, em Santa Catarina. Ele foi preso em operação conjunta da Polícia Militar e da Polícia Federal por estar com mandado de prisão preventiva em aberto.

Bateu em mulher

O Tribunal de Justiça do Paraná decretou prisão contra o ex-deputado em 8 de janeiro como medida protetiva de urgência. Ele agrediu a namorada, que fez queixa na Polícia. No último dia 5 de fevereiro, um pedido de revogação da prisão por parte da defesa foi negado pela Justiça.

26 FEV 2016

FOLHA DE S. PAULO

TSE mantém reprovção de contas de Pimentel

DE BRASÍLIA - O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) rejeitou nesta quinta (25) um recurso do governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), e manteve a reprovção, pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) mineiro, da prestação de contas da campanha que elegeu o petista em 2014.

Os ministros, porém, decidiram retirar a multa de R\$ 50 milhões que havia sido aplicada pelo tribunal local.

A decisão do TSE não gera a perda do mandato do governador automaticamente, mas pode dar fôlego a um pedido de cassação de Pimentel que está em discussão no TRE de Minas. O Ministério Público Eleitoral também deve avaliar o caso para apurar se houve abuso de poder político e econômico.

A principal irregularidade apontada foi o fato de a campanha do petista ter extrapolado em mais de R\$ 10 milhões o limite previsto de gastos. Os advogados do petista afirmaram que "a questão foi meramente contábil".

Os ministros do TSE também consideraram grave o fato de que despesas de outros candidatos e comitês eleitorais cujo material favoreceu a campanha de Pimentel não foram declaradas na prestação de contas.

PAINEL DO LEITOR

Justiça

O editorial "Paradoxo penal" ("Opinião", 21/2), embora contrário à decisão da corte, provocou nesta leitora a lógica do "in eo quod plus est semper inest et minus" (quem pode o mais pode o menos) que levaria à conclusão, no mínimo coesa, de que se poderia executar definitivamente o crédito alimentar do trabalhador com a decisão final publicada pela segunda instância (TRT), não é mesmo?

VANESSA ANITABLIAN BALTAZAR, juíza do Trabalho da 2ª Região (São Paulo, SP)